

A LÍNGUA ENQUANTO SISTEMA E A LÍNGUA ENQUANTO PRODUÇÃO DE SENTIDOS PARA O SUJEITO

LANGUAGE AS A SYSTEM AND LANGUAGE AS MEANING PRODUCTION TO THE SUBJECT

Juciane Ferigolo*

RESUMO: Realizamos uma (re)leitura de alguns aspectos da teoria de Ferdinand de Saussure presentes no Curso de Linguística Geral (1974), tais como: Língua e fala, natureza do signo linguístico, imutabilidade e mutabilidade e o valor linguístico, a fim de observar qual tratamento recebe o sujeito – se recebe - na abordagem de tais aspectos, bem como compará-lo com aquele que é dado por Eduardo Guimarães em seu livro *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem* (2002). Nesta obra, Guimarães reúne sinteticamente a teoria de vários autores, dentre eles Bréal, Austin, Ducrot, Benveniste e Pêcheux visando mostrar como o sujeito reaparece nos estudos enunciativos e que papel ele ocupa em relação à língua.

Palavras-chave: língua, sistema, sujeito, sentido.

ABSTRACT: We realize a reading of some aspects of the theory of Ferdinand de Saussure in the *Curso de Linguística Geral* (1974) such as: language and speech, nature of linguistic sign, immutability and mutability and linguistic value, in order to observe what treatment the subject receives – if he receives - in the approach of reported aspects, as well as to compare it with that is given for Eduardo Guimarães in his book *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem* (2002). In this work, the author summarizes the theory by several authors, among them Bréal, Austin, Ducrot, Benveniste and Pêcheux to show how the subject returns in the enunciative studies and what role he occupies regarding language.

Key-words: language, system, subject, meaning.

INTRODUÇÃO

O **Curso de Linguística Geral**, de Ferdinand de Saussure, é considerado, por grande parte dos estudiosos da linguagem, a obra fundadora da ciência Linguística, por conter as delimitações e os aspectos cabíveis a uma ciência, bem como por dispor de uma metodologia e um objeto de análise. Tal objeto é a língua, que, segundo as palavras de Saussure (1974) é a única, dentre tantas dualidades, que parece suscetível

* Aluna do primeiro semestre do Mestrado em Letras, na área dos Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a orientação da Professora Doutora Eliana Rosa Sturza. Atualmente, bolsista da Capes. E-mail para contato: jferigolo@yahoo.com.br.

de uma definição e fornece certa segurança ao espírito de quem se propõe a estudá-la. Ele nos apresenta, logo em seguida, uma definição de língua como parte da linguagem, sendo a outra parte desta constituída pela fala. “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos” (p.17). A língua se difere da fala por ser produto de uma coletividade e não do exercício individual da linguagem, mas como coletiva se compõe das múltiplas manifestações individuais.

Para Saussure (1974), a língua é tida como um sistema de signos linguísticos que funciona segundo leis internas e próprias que em nada se relacionam com o que lhe é exterior. Nesse sistema, não há lugar para o estudo do sujeito, já que ele é apenas o usuário da língua, cujo funcionamento não depende dele – a língua já está dada e não cabe a ele alterá-la ou criticá-la, mas das relações criadas e mantidas entre os signos linguísticos que a constituem. O linguista, imbuído do espírito científico de seu tempo, preocupou-se em dar aos estudos da linguagem um caráter objetivo, racional, metodológico, mas como poderia fazer isso, tratando de língua e fala, se esta é considerada por ele como subjetiva, individual e variável de indivíduo para indivíduo? Como seria possível sistematizar e precisar dados sobre uma materialidade tão fluída como a fala? Por esses motivos, o pesquisador genebrino optou por se dedicar ao estudo da língua em seu aspecto puramente formal, isto é, concebê-la como sistema, no qual a regularidade e as relações de sentido são estabelecidas por leis internas, inerentes ao próprio sistema.

O legado de Saussure abriu espaço, no campo dos estudos linguísticos, para o surgimento de uma infinidade de novas teorias sobre questões que dizem respeito à linguagem verbal. Muito se criticou e se critica, muito se discutiu e se discute, muito se polemizou e se polemiza a teoria deste autor, mas é fato que, de alguma forma, condenando ou defendendo-a, sempre se parte dela para se tecer qualquer teorização sobre a linguagem verbal. É no sentido de tratar e dar um lugar aquilo que não foi prioridade na teoria saussuriana que os estudos enunciativos da linguagem entraram em cena. Busca-se, por meio destes estudos, devolver ao sujeito seu lugar de pertencimento na língua, assim como entender como ele se faz presente nela e como os sentidos são produzidos a partir do funcionamento da linguagem, quando do momento da enunciação. No livro **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**, Eduardo Guimarães (2002, p.11) traça um percurso que vai desde Michel Bréal até Pêcheux, com o intuito de “estabelecer as condições para se tratar a questão do sentido no acontecimento da enunciação”, procurando, conforme o autor, trabalhar três aspectos que não tiveram espaço na teoria saussuriana: o sujeito, o objeto e a história.

Eduardo Guimarães, através da releitura de autores que muito contribuíram para consolidação dos estudos enunciativos, mostra-nos que a produção do sentido ocorre da relação da língua(agem) com seu exterior e não da simples relação entre os elementos que compõe o sistema, como dita Saussure. É com o objetivo de tecer

relações entre a teoria deste linguista - sobre a língua e seu funcionamento e sobre o papel do sujeito nesta prática - com as de outros autores que trabalham com enunciação e produção de sentido na linguagem, por uma leitura de Eduardo Guimarães, que estamos realizando este breve trabalho teórico.

1 AS QUESTÕES DA LÍNGUA, DA SIGNIFICAÇÃO, DO SENTIDO E DO VALOR LINGUÍSTICO EM SAUSSURE

Nos capítulos introdutórios do **Curso de Linguística Geral**, Ferdinand de Saussure trata de localizar a língua dentro da ciência Linguística, apontando que a fala não pertence propriamente a esta mesma ciência. Como alternativa a tal impasse, haveria uma Linguística da fala e uma Linguística da língua, sendo esta o sinônimo de ciência Linguística, enquanto aquela é o estudo exclusivo da fala e, portanto, não pode ser tomada como Linguística. A consequência imediata desta posição é que a fala e tudo o que se relaciona a ela está, automaticamente, fora dos estudos linguísticos. Ficando a fala excluída das teorizações saussurianas, fica também excluída a presença do sujeito que usa a língua em diversas circunstâncias para se comunicar, para se posicionar, para exercitar a faculdade da linguagem. Também não interessa ao referido linguista, saber como a língua funciona no ato da fala e como os sentidos são produzidos neste exercício, porque para Saussure (1974) o sentido não é mais que a outra parte do signo linguístico, ou seja, a contra-parte da imagem acústica, o conceito. Em momento posterior, voltaremos a discorrer acerca do sentido, na concepção saussuriana, quando trataremos do valor linguístico. Agora nos interessa trabalhar com a noção de língua.

Seguindo na esteira do pensamento de Saussure (1974, p. 27),

[...] a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários.

Ela é social, no sentido de que está na coletividade, mas também é constituída da expressão individual de cada um. Por este motivo, ao conjunto das particularidades que compõe o todo, Saussure denomina sistema, cujas normas e leis internas são dadas pela relação de seus elementos. “A língua é um sistema de signos que exprime ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc”. (SAUSSURE, 1974, p.24). Cabe, então neste momento, a explicação do que é o signo linguístico, na visão do referido teórico. Trata-se da combinação de duas partes, uma delas chamada significante – ou imagem acústica – e a outra o significado – ou conceito, ou significação e, ainda, sentido – ligadas por uma relação de arbitrariedade, em outras palavras, o liame entre tais partes é imotivado. Neste sentido, Saussure exemplifica que a ima-

gem acústica da palavra *árvore* não possui qualquer laço lógico com o conceito de árvore que possa justificar o fato de um ser a contra-parte do outro. O corolário desta constatação é que o signo linguístico é arbitrário - este é seu primeiro princípio definidor.

No que tange à imagem acústica, não devemos entendê-la como materialidade, como a parte sonora do signo. Ela é psíquica.

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (ibidem, p.80).

Na citação anterior, encontramos outro aspecto relevante quanto à concepção saussuriana de signo linguístico. Ele é uma unidade linguística e, por isso, psíquica, que comporta a relação significante/significado e não qualquer ligação com os objetos e coisas do mundo real. Tudo o que compõe a realidade objetiva que nos rodeia é externo ao signo linguístico. Ele “representa” os fatos e as coisas que estão a nossa volta, porém, não pode ser tomado como parte desta realidade.

O segundo princípio do signo linguístico refere-se ao seu caráter linear. Por ser a imagem acústica de natureza auditiva é impossível referir-la se não de forma linear. Um som, seja ele pronunciado ou não, não pode ocorrer concomitantemente a outro; cada unidade de som ou impressão sonora mental articula-se uma após a outra, e Saussure explica por qual razão isso ocorre: o significante a) “representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (ibidem, p.84).

O signo linguístico, unidade da língua, também é regido por duas forças, aparentemente contraditórias, mas que subsistem perfeitamente sem que uma anule a ação da outra; são elas a imutabilidade e a mutabilidade. A primeira delas é compreendida como a resistência a qualquer mudança que possa afetar o sistema linguístico. Percebemos que não temos poder algum de transformar, por vontade própria a língua que nos foi dada. Nós a recebemos como herança de nossos antepassados, que por sua vez, receberam de seus pais, avós, bisavós, sem nunca pararmos para refletir por que usamos uma determinada língua e não outra, por que ela é como é e não diferente, por que não podemos modificá-la ou ajustá-la, segundo a nossa vontade. E mesmo que houvesse a reflexão, ela “não intervém na prática de um idioma”, pois “os indivíduos não tem consciência das leis da língua; e se não as percebem, como poderiam modificá-las?” (SAUSSURE, 1974, p. 86). O sistema linguístico é demasiado complexo para estar à mercê do desejo particular ou até mesmo coletivo de torná-lo outro, diferente do que existe e é usado.

A língua sempre nos aparece como a herança de épocas anteriores. “Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição” (SAUSSURE, 1974, p. 86). O que vem a reforçar o princípio da imutabilidade do

signo é seu caráter arbitrário. Qualquer tentativa de um indivíduo de mudar determinado signo resulta inválida, pois ele já está dado, é empregado pela coletividade e esta se mostra satisfeita com os signos de usa. A língua é sustentada e mantida pela tradição e, “justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição” (SAUSSURE, 1974, p. 88).

Em oposição à resistência da língua frente às transformações, temos a força da mutabilidade. Saussure (1974, p. 89) argumenta que o signo está, permanentemente, em condições de alterar-se, porque ele permanece vivo na dimensão temporal, ou seja, ele existe sempre. A mudança ocorre a partir de algo que já está dado; nunca se parte do nada para se instaurar o novo. “Eis porque o princípio da alteração se baseia no princípio da continuidade”. Uma alteração na língua deve ser entendida, no entanto, como um “deslocamento da relação entre significante e significado” e não como uma quebra radical da relação entre a imagem acústica e o conceito. As transformações acontecem de forma gradual e obedecendo à permanência relativa do significante ou do significado. É mister recordar que as alterações no sistema somente ocorrem, se forem aceitas pela coletividade. Quando acontece um caso particular de deslocamento na relação significante/significado, é preciso que haja a aceitação do fenômeno por um grupo de falantes e depois, que ele passe a ser aceito pela grande massa. Se isto não acontece, a alteração não passará de um fenômeno isolado na língua e jamais conseguirá atingir o sistema. Concluindo essa linha de raciocínio,

[...] a língua já não é agora livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos, e chega-se assim ao princípio de continuidade, que anula a liberdade. A continuidade, porém, implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das relações. (ibidem, p.93).

Dando continuidade à teorização do objeto da ciência Linguística, Saussure toca, enfim, na questão do valor, da significação e do sentido, aspectos estes que muito interessam para o nosso trabalho. Com o objetivo de desenvolver as questões referentes ao valor, o linguista pergunta se a propriedade que a fala tem de representar uma ideia pode ser considerada o valor linguístico. E se assim o for, interroga-se ele: “em que difere o valor do que se chama *significação*?” (ibidem, p. 132). Ele responde que as duas palavras não são equivalentes, pois a significação nada mais é que a contraparte da imagem acústica, ou seja, o conceito, o significado. O valor de um signo não é dado pela sua significação, porque se fosse esta uma determinante na questão do valor, não haveria a necessidade de que ele existisse. No entanto, ele existe no sistema e é dado pela relação de oposição que cada elemento componente da língua estabelece com os demais. O valor de um signo linguístico resulta de sua posição relativa: ele tem valor porque é o que o outro signo não é. Saussure (1974, p.140) exemplifica o caráter opositivo do valor da seguinte forma:

[...] quando se comparam os signos entre si não se pode mais falar de diferença; a expressão seria imprópria, pois só se aplica bem a comparação de duas imagens acústicas, por

exemplo *pai* e *mãe*, ou de duas idéias, por exemplo a idéia de *pai* e a idéia de *mãe*, dois signos que comportam cada qual um significado e um significante não são diferentes, são somente distintos. Entre eles existe apenas oposição. Todo o mecanismo da linguagem se funda em oposições desse gênero e nas diferenças fônicas e conceptuais que implicam.

O argumento do linguista permite-nos chegar ao seguinte corolário: todo o funcionamento da língua ocorre segundo leis internas ao sistema. O exterior não é determinante na questão do valor, da significação e do sentido das palavras. Quanto a essa última categoria, ela é tomada apenas como sinônimo da significação, que por sua vez, é entendida como a face complementar da imagem acústica. Na página 135 do **Curso de Linguística Geral**, Saussure emprega indistintamente as palavras *conceito* e *sentido*, explicitando com tal emprego que, para ele o sentido também está no sistema e não nas relações com aquilo que lhe é externo. No que tange ao sujeito, usuário da língua, não há na teoria saussuriana espaço para ele; é simplesmente desconsiderado, pois está fora do sistema. É deste ponto que desejamos avançar para os estudos enunciativos da linguagem, na esteira das reflexões de Eduardo Guimarães (2002), objetivando realizar o resgate do elo perdido entre a língua e o seu exterior, bem como devolver ao sujeito seu lugar perdido na língua, sem esquecer que o sentido está diretamente ligado a estes aspectos e depende deles, em certa medida, para se alterar ou para se preservar.

2 O RESGATE DO SUJEITO, DO SENTIDO E DA HISTÓRIA, POR UM VIÉS ENUNCIATIVO

Eduardo Guimarães, em seu livro **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem** (2002), elenca teorias que abordam conceitos como enunciação, discurso, história e sujeito, relacionando-os com a língua, com a significação e com o sentido. Esses conceitos são trabalhados na perspectiva do que hoje se designa Semântica e Teoria da Enunciação, a partir do corte saussuriano, que exclui do sistema da língua tudo aquilo que lhe é exterior. Guimarães principia sua teorização, pontuando alguns fatos e nomeando alguns autores que foram determinantes para o estudo da significação e do sentido (semânticos) e menciona como uma das obras precursoras no desenvolvimento desses temas o **Ensaio de Semântica** (1897), de Michel Bréal. Considera que há nela dois aspectos dignos de recordar: “1) as questões de significação não podem ser tratadas pela via etimológica, mas pela consideração de seu emprego; 2) é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem” (ibidem, p. 13). Esses dois pontos são de grande relevância e irão, portanto, nortear toda a reflexão realizada por Eduardo Guimarães. Interessa-nos pontuar as contribuições dos seguintes teóricos: Bréal, Grice, Austin, Benveniste, Pêcheux e Eni Orlandi, pela leitura de Guimarães. O ponto de partida para tal é o corte saussuriano.

A crítica de Guimarães (2002, p.20) direcionada à teoria saussuriana sobre a língua enquanto sistema é alicerçada no pensamento de que

[...] o corte saussuriano é a culminância bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso interno: a linguagem expressa o pensamento... o corte saussuriano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história.

É na tentativa de “repor estes aspectos no seu objeto” – a língua – que a Semântica vem trabalhando. Começemos, então, com a proposta de Bréal, a fim de observarmos suas contribuições para este campo de estudo.

No **Les Lois Intellectuelles du Langage. Fragment de Sémantique**, Bréal (1883 apud GUIMARÃES, 2002, p.13), critica o fato de que se

[...] considera em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases.

A publicação do livro de Michel Bréal (1883) é anterior à publicação do **Curso de Lingüística Geral** – 1913, fato que mostra que outros linguistas contemporâneos a Saussure já se preocupavam em dar à língua uma caracterização mais subjetiva, mais histórica, no sentido de ser influenciada pelo meio, e obviamente, menos sistemática. Para Bréal, tratar da linguagem é tratar da significação. E a Semântica, por sua vez, “ocupa-se, inclusive, do que se inclui na sintaxe e na morfologia. Estes aspectos são tratados a partir de sua significação, que ele considera como fundamento de sua constituição” (GUIMARÃES, 2002, p.14).

Quanto às transformações que acontecem na língua, Bréal considera que elas são o produto da vontade do homem ao fazer uso de sua inteligência e capacidade de raciocinar. A linguagem é originária do trabalho intelectual e se estrutura no “consentimento de muitas vontades, do acordo de muitas vontades” (ibidem, p.16). Há, na forma de pensar deste linguista, uma visível diferença da posição saussuriana: nesta, nem o indivíduo nem a coletividade são capazes de alterar a língua que usam pela reflexão. Segundo Saussure (1974, p.88), o sistema é tão complexo que ninguém consegue refletir sobre ele, na tentativa de fazer modificações.

O sujeito é considerado em Bréal como “elemento subjetivo” e, em seu **Ensaio de Semântica** (1987), ganha um lugar especial em forma de capítulo, que leva o mesmo nome: *Elemento Subjetivo*, que aparece na língua por meio de marcas que estão presentes nos modos e tempos verbais, em advérbios, em pronomes pessoais, quando o sujeito fala. Também, o próprio ato de falar já é expressão do elemento subjeti-

vo, pois, quando essa ação ocorre, quem fala “intervém” na linguagem, de forma a posicionar-se como autor ou como espectador daquilo que fala. Essa intervenção é o aspecto subjetivo da linguagem (GUIMARÃES, 2002, p.17).

Na sequência deste percurso pelos caminhos do que Eduardo Guimarães chama de semânticas formais, deparamo-nos com a visão de que o sentido se realiza nas relações com o mundo, com os objetos e com o estado das coisas. Explicando, “a constituição de uma semântica formal considera, por um lado, que se deve tratar do sentido do enunciado, da sentença, ou seja, a unidade não é o signo. Por outro considera que o sentido é uma relação com um estado de coisas” (p.23).

Já para Paul Grice (1957 apud GUIMARÃES, 2002), o sentido está relacionado à intenção do locutor em fazer com que o ouvinte entenda algo, a partir do reconhecimento dessa intenção, ou seja, “a intenção que institui o sentido é tal que se dá a conhecer por si mesma” (ibidem, p.31). Esta posição quanto ao sentido na linguagem deve ser localizada na perspectiva da Pragmática, pois o que se aponta como elemento chave entre sujeito e sentido é a intencionalidade. Em outras palavras, é válido dizer que, para Grice, o sentido se dá do ponto de vista da intenção do sujeito (psicológico). Nesse caso, ele não é tratado como uma questão linguística e nem como uma categoria de natureza linguística, mas como uma instância que desloca para indivíduo a disponibilidade do tempo, do espaço e das coisas. A situação, desse modo, nunca se repetirá, pois está condicionada pelo tempo e pelas circunstâncias que jamais se repetem.

A área da filosofia analítica também contribui com um modo de repor o sujeito e as questões que se relacionam a ele na linguagem. Nessa teoria, linguagem é ação, e o sentido de uma palavra é dado pelos usos dessa palavra na linguagem. Seu principal representante é John Austin, criador da Teoria dos Atos de Fala. A grande meta desse linguista foi a de estudar e de identificar “em que medida dizer alguma coisa é realizar algo” (GUIMARÃES, 2002, p. 37). Ele observou que os atos de fala podem ser divididos em dois grupos: os performativos e os constativos. Os primeiros são os que, ao serem proferidos, realizam uma ação propriamente. Temos, como exemplo, os enunciados que comportam verbos como declarar, jurar, batizar, autorizar, agradecer; esses verbos, quando enunciados em determinadas situações, significam, automaticamente, que a ação está sendo realizada. No enunciado “Eu vos declaro marido e mulher”, o verbo *declarar* está realizando a ação; seu sentido, nessa circunstância, difere do sentido que terá se não for empregado como performativo. Os enunciados constativos, por sua vez, fazem uma afirmação, uma descrição, uma caracterização de um estado de coisas e, por isso, não realizam uma ação quando são pronunciados. Porém, sempre que se fala algo, seja de forma performativa ou constativa, estamos realizando uma ação, pois estamos trabalhando com as palavras e com as significações que elas produzem na linguagem. Guimarães (2002, p.40) pontua que, para Austin, “usar a língua é sempre um ato, é sempre fazer algo com as palavras”, desde que o locutor esteja investido de certo poder para dizer o que diz. É neste sentido que

[...] pode-se dizer que a questão da verdade interessa enquanto relacionada à ação do sujeito. O sujeito se compromete com a verdade do que afirma, segundo as condições em que afirma. Por outro lado, a situação não aparece simplesmente como recorte de fatos, pois se os atos devem ser adequados aos fatos, eles se realizam segundo condições de felicidade. E estas condições de felicidade incluem a consideração de se o sujeito está investido socialmente (institucionalmente) do papel para o ato. Neste sentido é que a convencionalidade é definidora da ação que se realiza quando se diz algo. (ibidem, p.42).

A teoria dos atos de fala de Austin desloca o sentido para a ação que é realizada no momento em que se usa a língua para dizer algo. No entanto, essa ação somente se realiza – e o sentido também – mediante condições de felicidade, dentre as quais, está o fato de o sujeito ser investido de autoridade para dizer algo. Se o sujeito não está socialmente investido dessa autoridade, a ação não ocorre e, portanto, o sentido não acontece.

A fim de apresentar e discutir as inúmeras contribuições que Émile Benveniste trouxe para o campo da Linguística, Eduardo Guimarães (2002) recorda que tal estudioso é, antes de tudo, um linguista histórico, já que dedicou grande parte de sua vida de pesquisador ao estudo das línguas indo-européias. Todavia, sua produção teórica não se reduz a essa temática, sendo as questões de enunciação, sentido, referência e subjetividade, pontos também trabalhados por ele. Na ótica de Guimarães, Benveniste estabelece uma relação dialógica com Saussure, partindo das reflexões que ele tece sobre o sistema linguístico para, justamente, romper com a barreira que o sustenta – o sistema – por meio do estudo da significação e, mais precisamente, da subjetividade na língua. “Por esta via ele procura manter o sistema fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade da linguagem” (ibidem, p.45). Benveniste contrapõe à visão da semiótica saussuriana - na qual os elementos da língua se definem somente por sua relação com os demais elementos do sistema, e a significação também é dada por esta relação interna entre signos: um é, em termos de significado, o que o outro não o é – a visão da semântica

[...] que diz respeito a língua enquanto produtora de mensagens. Não se trata de considerar a sucessão de unidades, mas de considerar o sentido globalmente. No semântico entra a consideração da referência, necessariamente excluída do semiótico desde Saussure. (GUIMARÃES, 2002, p.46).

No capítulo *Aparelho Formal da Enunciação*, que pertence ao livro **Problemas de Linguística Geral II** (1974), Benveniste mostra que “o funcionamento semântico é um por em funcionamento a língua, os paradigmas da língua” (GUIMARÃES, 2002, p.47), ou seja, na enunciação há um locutor que se apropria da língua, colocando-a para funcionar. É nesta relação de apropriação que o sujeito se constitui

linguisticamente, disso temos que a “enunciação é uma relação do sujeito com a língua” (ibidem).

Outro ponto a considerável em Benveniste, quanto à teoria saussuriana, refere-se ao princípio da arbitrariedade do signo. Segundo ele, o laço que une o significante ao significado não é arbitrário, mas necessário. Isso porque, conforme Benveniste, se Saussure tratasse a relação significante/significado como arbitrária, a manutenção da sistematicidade da língua seria garantida. Ao contrário, fixando esta relação como necessária, a língua passaria a ser vista a partir de suas formas, de suas “marcas que necessariamente são o que são” (ibidem). O foco já não está mais no sistema, nem no signo, enquanto elemento supremo deste sistema que a tudo se impõe por ser arbitrário e por ser sustentado e fortalecido pela tradição. O foco agora está no sujeito da enunciação, concebido “como o que simplesmente e onipotentemente se apropria da língua. Essa relação de apropriação não está exposta a nenhuma ambigüidade, a nenhum equívoco, pois a relação do signo é uma relação de necessidade” (ibidem).

Finalmente, Guimarães (2002) se desloca para o terreno da Análise de Discurso, tecendo com ele uma rede de filiações, com o propósito de viabilizar alguns conceitos de grande valia para as teorias enunciativas. Tais conceitos são: interdiscurso, história e memória, trabalhados na relação com o sujeito e com o sentido, elementos estes, cabe recordar, excluídos do sistema linguístico saussuriano. Os teóricos que vêm a contribuir para a re-inclusão da exterioridade da língua são Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Com a re-leitura de alguns aspectos das teorizações de ambos, pretendemos tratar

[...] a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2002, p.66).

Para os analistas de discurso já mencionados, na perspectiva de Eduardo Guimarães, o discurso é o local onde ocorrem as relações de sentido entre os locutores e é também o lugar onde língua e ideologia se cruzam, porém esta é um fato imaterial, que existe fora da língua, mas que precisa da língua para se manifestar, para se materializar. O discurso é, pois, este espaço habitado pelos sentidos, que são dados na base do já dito, do já enunciado. É neste âmbito que entra a noção de interdiscurso, que, nas palavras de Guimarães (2002, p.66), “é a relação de um discurso com outros discursos...e são estas relações entre discursos, que dão a particularidade que constitui todo o discurso”. Já na ótica de Eni Orlandi, o “interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido... Ele se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam, em seu conjunto, o domínio da memória” (AUTOR, ano, p.89-90). Todo e qualquer discurso se encontra, portanto, vinculado a

outros que ocupam o espaço do interdiscurso, que nada mais é que uma rede de memórias de discursos anteriores. Cada vez que nós dizemos algo, que nós enunciamos algo, estamos, de alguma forma, apropriando-nos do já dito para, no ato de enunciar, produzirmos (novos ou não) sentidos. Guimarães parte da ideia de que o “interdiscurso é a memória do dizível” a fim de defender que “o sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso” (ibidem, p. 67). Se assim o é, o discurso enquanto parte de uma memória, é marcado pela historicidade que o constitui com o funcionamento da memória. A historicidade, nesse caso, não é a de fatos históricos, cronológica, empírica, estruturada pela sucessão temporal, é, antes disso, a historicidade dos discursos, o ato “inconsciente” de referir coisas que já foram referidas, é o ato de enunciar aquilo que em algum momento já foi enunciado por outros. A historicidade se instala pelo funcionamento da memória discursiva. “Assim, pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem historicidade” (ibidem, p.68).

Cabe ressaltar, pois, que, nessa perspectiva, o sujeito não se apropria da língua colocando-a em funcionamento. Aqui a língua funciona quando o indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento da enunciação e isso é suficiente para a língua funcionar, já que ela é afetada pelo interdiscurso, produzindo sentidos. No que tange a enunciação, ela é

[...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá, porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento. O sentido, então, são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições, sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento. (GUIMARÃES, 2002, p.70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando sucintamente as diretrizes de nosso trabalho, partimos de uma revisão teórica de aspectos, como: o conceito de língua, dicotomia língua/fala, objeto da ciência Linguística, o signo linguístico e seus dois princípios – da arbitrariedade e da linearidade – a mutabilidade e a imutabilidade, e, finalmente, o valor do signo, na ótica saussuriana, para problematizar sua visão de sistema, fechado às interferências externas, mas, principalmente, para contrapor a este olhar, os modos de re-inclusão desta exterioridade, bem como do sujeito, pelo viés de teorias enunciativas, apresentadas e discutidas por Eduardo Guimarães. Passamos ligeiramente pelas contribuições de Bréal, Grice, Austin, Benveniste, Pêcheux e Eni Orlandi, observando como eles trabalham com a questão do sujeito e, principalmente, do sentido.

Cada um deles produz saberes distintos em relação a esses temas, no entanto, todos se empenham de alguma forma em dialogar com Saussure, com vistas a preen-

cher as lacunas deixadas em sua teoria. Bréal, mesmo precedendo a Saussure, consegue já entender que a significação é dada pela relação entre as palavras e pelo lugar que elas ocupam na sentença. O sujeito aparece como dotado de capacidade de alterar a língua, se percebe tal necessidade. Em Grice, o sujeito é pragmático e dotado de intencionalidade; o sentido, por sua vez, é dado pela relação que o sujeito estabelece com a linguagem. Para Austin, o sentido se estabelece pelo uso das palavras. Em linhas gerais, usar a língua é sempre um ato. Benveniste argumenta que enunciar é apropriar-se da língua, pondo-a em funcionamento, sendo o sujeito o praticante dessa ação. O sentido é dado pela referência. Finalizando, as contribuições de Pêcheux e Eni Orlandi, analistas do discurso, são de grande valia para as teorias enunciativas. Nessa perspectiva, o sentido se constrói na relação com o interdiscurso, e a enunciação caracteriza-se, portanto, como um acontecimento de linguagem atravessado pelo interdiscurso e como o espaço de funcionamento da memória. O sujeito é aquele que, quando enuncia, o faz afetado pelo interdiscurso e pela memória que funciona nele, historicizando seu discurso.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.